

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-790-1 DOI 10.22533/at.ed.901192111</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SAÚDE PÚBLICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E DIREITO	
Izadora Ribeiro Silva Costa Lina Maria Brandão de Aras	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111	
CAPÍTULO 2	13
O CORPO E O GÊNERO NO CURRÍCULO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE	
Murilena Pinheiro de Almeida Marco Antonio Leandro Barzano Cleyde Oliveira de Castro Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cenair Felini Soares	
DOI 10.22533/at.ed.9011921112	
CAPÍTULO 3	28
O SILENCIAMENTO DA DOR: FEMINICÍDIO NA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2018	
Fadja Mariana Fróes Rodrigues Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.9011921113	
CAPÍTULO 4	40
OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES: UMA RELAÇÃO VISCERAL	
Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa Tainá Rocha dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9011921115	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL	
Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9011921116	
CAPÍTULO 6	64
POR UMA DRAMATURGIA FEMINISTA: JORNADAS DE F(R)ICÇÃO	
Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra	
DOI 10.22533/at.ed.9011921117	
CAPÍTULO 7	74
PARTEIRAS E DOULAS BRASILEIRAS: AUTONOMIA E ARTICULAÇÕES FEMINISTAS EM REDE	
Danielle Andrade Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9011921118	

CAPÍTULO 8 87

OS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DO USO ABUSIVO DO ÁLCOOL E AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE MULHERES ADULTAS

Ana Paula Almeida dos Santos
Rafael Antonio Oiticica de Miranda
Alexandra Soares dos Santos
José Euclimar Xavier de Menezes
Marcos Moura Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.9011921119

CAPÍTULO 9 96

RELAÇÕES DE GÊNERO E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS: NEGOCIAÇÕES, LIMITES E O PROTAGONISMO FEMININO

Suzianne Jackeline Gomes dos Santos
Mary Alves Mendes

DOI 10.22533/at.ed.9011921110

CAPÍTULO 10 108

REPERCUSSÕES HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Renato Santos de Oliveira
Ingrid de Souza Silva
Tatiane Pina Santos Linhares
Tatiana Tarrão dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9011921111

CAPÍTULO 11 119

“SOMOS HUMANOS NA RUA”: USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ATENDIDOS PELO PROJETO PONTO DE CIDADANIA

Alexandra Soares dos Santos
Ana Paula Almeida dos Santos
Rafael Antonio Oiticica de Miranda
Sueli Jesus Santana
Mônica Coutinho Cerqueira Lima

DOI 10.22533/at.ed.9011921112

CAPÍTULO 12 127

SEGREGAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS DE 2002 E 2014

Débora Juliene Pereira Lima
Ana Márcia Rodrigues da Silva
Edna Raimunda Teodoro

DOI 10.22533/at.ed.9011921113

CAPÍTULO 13 138

TERRITÓRIO DE NARRATIVAS: LOCAIS DESTINADOS ÀS MULHERES NOS DISCURSOS PRODUZIDOS NOS MUSEUS DO CENTRO HISTÓRICO BELENENSE

Silvia Raquel de Souza Pantoja
Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza

DOI 10.22533/at.ed.9011921114

CAPÍTULO 14	148
TRABALHO, POLÍTICA E GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA E O RESGATE DO FEMINISMO	
Fernanda Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.90119211115	
CAPÍTULO 15	158
TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERAS(OS) EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: NORMATIVAS BRASILEIRAS	
Gabriela Bothrel Echeveria	
Vivianny Kelly Galvão	
Verônica Teixeira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.90119211116	
CAPÍTULO 16	169
VADIAGENS DA CIÊNCIA-EXPERIÊNCIA: GINGANDO NUMA RODA MULTIRREFERENCIAL COM CAROLINA DE JESUS, INAICYRA FALCÃO E ELZA SOARES	
Régia Mabel da Silva Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.90119211117	
CAPÍTULO 17	178
UM CORPO NEGRO EM DIÁSPORA NA PRODUÇÃO DE UMA ATENÇÃO À SAÚDE FEMINISTA E ANTIRRACISTA	
Lais Alves Porto	
DOI 10.22533/at.ed.90119211118	
CAPÍTULO 18	184
MULHERES NA LUTA POR PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA RECENTE EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE)	
Itanamara Guedes Cavalcante	
Maria do Carmo Santos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111819	
CAPÍTULO 19	196
SAÚDE INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: DESAFIO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Divanise Suruagy Correia	
João Klínio Cavalcante	
Laura Marques Angelo Neto	
Maria das Graças Monte Mello Taveira	
Viviane Maria Cavalcante Tavares	
Sandra Lopes Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111820	
SOBRE A ORGANIZADORA	207
ÍNDICE REMISSIVO	208

MULHERES NA LUTA POR PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA RECENTE EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE)

Itanamara Guedes Cavalcante

Universidade Federal de Sergipe itaenesso@
yahoo.com.br

Maria do Carmo Santos Lopes

Coordenadoria Municipal de Políticas para as
Mulheres mariadinhasantos@hotmail.com

RESUMO: O trabalho se caracteriza com um relato de vivência sobre a constituição da organização política das mulheres de Nossa Senhora da Glória (SE), neste sentido busca discorrer o sobre a organização e luta do movimento feminista local por direitos e políticas públicas, analisando as estratégias de mobilização, as pautas de reivindicação, as principais conquistas e desafios. Para entender o processo de constituição da luta local das mulheres se fez necessário abordar questões teóricas como o significado do feminismo e seu surgimento, a origem do movimento de mulheres e feminista no Brasil, a sua inter-relação com o movimento feminista internacional e os movimentos sociais no país, a relação com o Estado brasileiro e seus dilemas na atualidade. Observamos que as principais bandeiras de lutas do movimento de mulheres local são: Por mais participação na política, ampliação dos investimentos na Política Municipal de Mulher, melhoria na rede de proteção social as mulheres em situação de violência doméstica, garantia

da efetivação do Programa Integral Saúde da Mulher, promoção de políticas, programas e projetos sociais para as mulheres do campo, entre outras pautas locais e nacionais. A principal estratégia de mobilização promovida pelo movimento é a organização da Jornada de Luta em Defesa dos Direitos das Mulheres, realizada anualmente, com o objetivo de promover espaços de reflexão sobre o debate de gênero e o papel da mulher na sociedade e de pressionar os gestores para implementarem políticas públicas para as mulheres. O processo organizativo das mulheres é incipiente e marcada pela diversidade dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Participação, Lutas, Políticas Públicas.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa relatar a análise sobre o processo de constituição da organização política das mulheres de Nossa Senhora da Glória, neste sentido buscou observar a organização e luta do movimento feminista local por direitos e políticas públicas e identificar as estratégias de mobilização, as pautas de reivindicações, as principais conquistas e desafios.

O município de N. S. da Glória está localizado na região do semiárido sergipano,

conhecido como Alto Sertão Sergipano, possui 32.497 habitantes, sendo 16.076 homens e 16.421 mulheres, e com estimativa de da população atingir 36.613 habitantes em 2017, (IBGE,2010), é denominado de Pequeno Porte II, seu índice de desenvolvimento humano é de 0,587 considerado baixo.

Estudar as formas de organização política local das mulheres revela sua importância ao desvelar quem são as mulheres brasileiras e como vivem e constroem suas resistências nestas cidades do interior, além disso, permitem dar voz e compartilhar a experiência de luta dessas mulheres.

A pesquisa se caracteriza como exploratória qualitativa do tipo documental e bibliográfica, os procedimentos metodológicos utilizados foram à catalogação de documentos, como ofícios, leis e relatórios, a pesquisa bibliográfica de artigos, livros, materiais informativos sobre a temática, para a interpretação dos dados coletados usamos a técnica de análise de conteúdo que permitiu uma melhor apreensão da essência dos documentos analisados como codificar o significado do feminismo e seu surgimento, a origem do movimento de mulheres e feminista no Brasil, a sua inter-relação com o movimento feminista internacional e os movimentos sociais no país, a relação com o Estado brasileiro e seus dilemas na luta por políticas públicas de igualdade de gênero.

2 | A LUTA FEMINISTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A origem da palavra feminismo é francesa “Femme” que significa Mulher em português, o que levaria a entender que o feminismo está relacionado a tudo que diz respeito a condição da mulher na sociedade. Segundo Silva e Carmuça, (2010):

Feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. Hoje o feminismo é, entretanto, mais que isto. O feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida.(SILVA e CARMUÇA, 2010, p.11)

Neste sentido, podemos caracterizar o feminismo como um movimento social que busca a emancipação das mulheres por meio da superação da sociedade patriarcal e capitalista, com um movimento internacionalista, plural e com diversas formas de organizações das mulheres, Além disso, o feminismo é, também, uma linha do pensamento social, ou seja, uma vertente teórica que visa explicar os fundamentos da sociedade patriarcal e denunciá-la.

Com relação a pluralidade do feminismo existem várias formas de designá-lo, a exemplo do feminismo negro, o feminismo lésbico, feminismo transexual, o feminismo sindical, o feminismo indígena, o feminismo popular, o feminismo acadêmico, feminismo ocidental, feminismo do cone sul, essa diversidade “[...] se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras se configuram apenas como um espaço de atuação.”[...] (Silva e Carmuça, 2004)

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ÁLVAREZ, 1990 apud COSTA, 2004, p.02).

Outra perspectiva do feminismo é ser um movimento internacionalista desde o seu surgimento, no século XIX, mantendo essa perspectiva até os dias atuais. Costa (2004 p 01-02.), corrobora com a ideia do feminismo como um movimento social moderno, assim como aponta já no seu nascedouro a perspectiva internacionalista. [...] “surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.” [...]

A luta das mulheres que se espalhou pelo mundo no final do século XIX e início do século XX, por direitos sociais e civis, teve como principal bandeira de luta o sufrágio universal, de participarem da vida política e de intervir na democracia burguesa de diversos países.

Logo após, esse processo da luta sufragista, o movimento de mulheres e feminista passaram por uma fase de desmobilização, seu ressurgimento no contexto internacional aconteceu na década de 1960, impulsionado pelo maio de 1968, pela revolução cultural. Nesse período o movimento adota como lema o “Pessoal é Político”, com isso [...] “o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando à dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político”. [...]. (COSTA, 2004, p 02).

Com essa bandeira de luta o feminismo colocou no centro do debate político da sociedade burguesa contemporânea a discussão sobre a violação de direitos e a opressão que as mulheres vivenciam no espaço doméstico, colocando em xeque a dicotomia entre público-privado característico do pensamento político liberal e do Estado. Essa pauta do feminismo será a base da luta do movimento de mulheres e feminista para construção de uma nova concepção de cidadania.

As primeiras formas de organizações do movimento de mulheres e feminista no Brasil e em alguns países da América Latina são datadas da primeira metade século XIX com o surgimento da imprensa feminina que tinha como objetivo divulgar as ideias feministas da época. No Final do século XIX e início do século XX o Brasil passou por profundas mudanças políticas e econômicas, a começar pela mudança do regime político da Monarquia para República, a abolição da escravatura, o início do processo de industrialização e urbanização e a chegada dos/as trabalhadores/as imigrantes italianos e espanhóis.

É nesse contexto da formação socioeconômica do Brasil de surgimento e

consolidação do capitalismo que as mulheres oriundas das classes subalternas foram incorporadas, cada vez mais, no processo da produção industrial, especialmente na indústria têxtil, e passaram a ter contato com as ideias socialista e anarquista do movimento sindical da época que era impulsionado e organizado pelos trabalhadores imigrantes. As mulheres operárias se inseriram na luta sindical por melhores condições de trabalho, salário, e contra o abuso e discriminações que estavam submetidas nos locais de trabalho.

Cabe lembrar que, o surgimento da Questão Social no Brasil, acontece nas primeiras décadas do século XX, com o processo de organização dos setores da classe trabalhadora que emergiram na cena política reivindicando melhores de condições de vida, de trabalho e salário por parte do Estado e do empresariado brasileiro. Nesse primeiro momento a resposta do Estado e da burguesia as reivindicações dos/as trabalhadores/as foi a repressão policial. No entanto, a persistência da luta dos/as trabalhadores/as fez o Estado, a partir de 1940, alterar sua política e passar a tratar as expressões da Questão Social como um caso de administração pública.

Além da participação das mulheres na luta sindical nesse período foram criadas diversas organizações feministas, na primeira metade do século XX, no Brasil e em diversos países da América Latina, fato que aconteceu concomitante ao surgimento de outros movimentos sociais e populares na região.

Nesse contexto ganha destaque na região a luta sufragista, no Brasil segundo Costa, (2004), destaca a fundação do “Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, e a Associação Feminista, de cunho anarquista”, inspirada nos ideais do movimento sindical e grevista de São Paulo.

O direito ao voto feminino foi conquistado no Brasil em 1932 fato que também acontece em outros países da região. Logo após, a conquista do sufrágio universal, o movimento de mulheres e feminista vivencia um período de refluxo no Brasil e na América Latina e no resto do mundo, esse processo de refluxo será agravado no país com o Golpe Militar de 1964, que provocou não somente a desarticulação do movimento feminista, mas do movimento sindical, juvenil, social e popular. Cabe lembrar a pluralidade do feminismo que se fez presente quando as mulheres conservadoras participaram da marcha do cem mil com o lema “Por Deus, pela Família e pelo Brasil”, organizada por setores conservadores da sociedade brasileira, dando apoio ao Golpe Militar. Em suma a heterogeneidade política permeou a atuação e as organizações de mulheres nesse primeiro período.

Nos anos de 1970 o movimento feminista no Brasil e na América Latina ressurgiu impulsionado pela participação das mulheres nos movimentos de resistência contra a ditadura militar, ou seja, [...] “O movimento feminista era parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra a opressão das mulheres na sociedade com a batalha pela redemocratização do País.”[...] . (COSTA e SARDENBERG, 2007, p 04), e pelo processo de modernização da sociedade que

possibilitou a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho e no sistema educacional e a influência do movimento feminista internacional da década de 1960. Essa nova fase do feminismo internacional se configura como a segunda onda do feminismo, e no Brasil e na América Latina, como um feminismo de resistência.

Observa-se que a participação das mulheres nos movimentos sociais de resistência contra Ditadura Militar possibilitou o processo de reorganização do movimento feminista, com o surgimento de novas organizações e a inclusão das pautas específicas das mulheres, como o combate a opressão e a discriminação social, na pauta geral da luta social e política promovida pelos movimentos sociais, a atitude do movimento feminista foi seguida por outros movimentos que se unificaram para, também, defender suas pautas específicas, como os negros e homossexuais.

Na década de 1980, fruto da luta política do período anterior, surge um novo cenário de luta social e de abertura do regime político ditatorial em que os partidos políticos e seus candidatos que disputaram as eleições estaduais e municipais incorporaram nas suas plataformas de governos algumas pautas feministas, colocando as mulheres com um dos públicos-alvo do seu eleitorado, isso foi fruto do processo de organização e da luta do movimento na década anterior. Um exemplo desse processo de visibilidade e institucionalização da pauta feminista foi a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em abril de 1983, pelo Governo Estadual de São Paulo do PMDB, instituindo o primeiro mecanismo de Estado no Brasil voltado para a implantação de políticas para mulheres, em seguida vão ser criados em âmbito Federal, municipal e estadual novos conselhos e, até mesmo, Delegacia de Atendimento as Mulheres.

A partir desse novo contexto político o movimento feminista enfrentou novos dilemas e desafios, a exemplo da discussão sobre o papel do Estado na construção da cidadania feminista e os impactos no processo organizativo do movimento. O debate sobre a [...] “atuação do feminismo em nível institucional, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista”. [...] (COSTA, 2004, p. 06).

O debate sobre o feminismo institucional pode ser caracterizado como a terceira fase do feminismo no Brasil. Em meio as polêmicas e divergências no seio do movimento predominou a perspectiva da importância de pautar o Estado na implementação de medidas que alterassem a realidade desigual de gênero, como afirma Viana, (2013, pg. 378) que do ponto de vista feminista, o [...] “Estado tem um papel fundamental na alteração das condições estruturais das relações desiguais de gênero e sua intervenção dar-se-á por meio de políticas públicas, *situando esse processo reivindicatório* num contexto geral de reformulação do papel do Estado brasileiro”. [...] (grifo nossos).

A partir dessa compreensão o movimento feminista conseguiu se organizar nacionalmente e com o apoio do Conselho Nacional do Direito da Mulher - CNDM

que conduziu a campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, produzindo a “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte”, que foi apresentada a sociedade e ao parlamento Brasileiro. Esse processo de organização das mulheres ficou conhecido com o Lobby do Batom e garantiu que 80% de suas reivindicações fossem incorporadas na nova Constituição Federal de 1988.

A nova Constituinte permitiu instaurar no país um Estado Democrático de Direito assegurando liberdades democráticas, a promoção de um sistema de proteção social, a criação de canais de participação e controle social e as diretrizes constitucionais para a descentralização política, administrativa e financeira do Estado Brasileiro.

Logo após, a efervescência política e ganhos sociais da classe trabalhadora nos anos de 1980, iniciou no país a era neoliberal, que será marcada pela contrarreforma do Estado.

A agenda de reforma nesse novo momento se estrutura em torno dos seguintes eixos: a) descentralização, vista como uma estratégia de democratização, mas também como forma de garantir o uso mais eficiente de recursos públicos; b) estabelecimento de prioridades de ação (focalização ou seletividade), devido às urgentes demandas associadas à crise e ao processo de ajuste; c) novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil, incluindo a democratização dos processos decisórios mas também a participação de organizações da sociedade civil e do setor privado na provisão de serviços públicos; e d) novas formas de gestão das políticas públicas e instituições governamentais, de forma a garantir maior eficiência e efetividade à ação estatal. (FARAH, 2004, pg. 54).

Diante da agenda da contrarreforma do Estado, os anos de 1990, vai ser palco da disputa política entre dois projetos, de um lado, o projeto de proteção social e democratização do Estado estabelecido pela CF 1988 defendido pelos movimentos sociais, sindicais e feministas, e do outro, o projeto neoliberal que promoveu a privatização, focalização, seletividade das políticas públicas e trouxe a tona a refilantropização no enfrentamento das questões sociais.

A agenda neoliberal ainda promoveu no país uma reconfiguração da relação Estado e sociedade, fazendo das diretrizes constitucionais da descentralização administrativa e política e do controle social um processo desresponsabilização do Estado, transferindo para organizações da sociedade civil, o chamado terceiro setor, a execução e, até mesmo, o financiamento das políticas públicas.

Esse processo de avanço das organizações do terceiro setor é denominado por Cisne e Gurgel, (2008, pg. 76) de “fenômeno da onguização” e provocou rebatimentos na organização das mulheres, já que no seio do movimento de mulheres e feminista passaram a existir posicionamentos distintos sobre as formas de intervenção e relação com o Estado no processo de elaboração e execução das políticas públicas, assim como provocou mudanças no perfil das ONG’S, que antes desempenhavam o papel de assessoria e captação de recursos para o movimento passando a assumirem a função de executar os serviços públicos em parceria com o Estado. Cabe ressaltar que essa nova perspectiva do movimento de mulheres e atuação das ONG’S são

influenciadas pelas organizações e movimentos feministas internacionais.

Outro rebatimento da agenda neoliberal na pauta das mulheres foi confundir a necessidade de se ter políticas direcionadas focalizadas para mulheres com o processo de focalização e seletividade das políticas públicas neoliberais que por causa do contingenciamento financeiro selecionava os setores mais vulneráveis, os pobres dos mais pobres, para terem acesso aos serviços públicos.

Salientamos que, na década de 1990, existiu um crescimento do feminismo popular que segundo Costa e Sardenberg, (2012), [...]“teve uma consequência fundamental para o movimento de mulheres mais amplo: a diluição das barreiras ideológicas e resistências ao feminismo.” Essa diversidade e pluralidade do movimento feminista vai refletir no processo de organização e mobilização da construção da IV Conferência Mundial Beijing realizada em 1995, a exemplo da auto-organização das mulheres negras, que trouxe como resultados desse processo da articulação transnacional do movimento feminista brasileiro e a fundação da Secretaria Nacional dos Direitos das Mulheres, vinculada ao Ministério da Justiça, em 2002, que teve com incumbência a construção do relatório do Brasil para a Comissão da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw),

Outra ação de organização e mobilização do movimento feminista no início dos anos 2000 que, também, merece destaque foi a elaboração da Plataforma Política Feminista que teve como objetivo incidir no processo das eleições para Presidência da República e dos Governos Estaduais, sua construção foi fruto de um amplo processo de mobilização que contou com a participação de diversas organizações.

É nesse contexto de organização e embate político do movimento feminista contra a agenda neoliberal que foi traçado as novas diretrizes da construção da cidadania feminista. A partir de 2003 com o início dos mandatos dos Governos democrático - populares de Luiz Inácio Lula da Silva, (2003-2006, 2007-2010), e de Dilma Rousseff, (2011-2014, 2014-2016), que vamos ter uma inflexão do Papel do Estado na promoção de políticas públicas e na implantação da Política Nacional das Mulheres (PNM). Em 2003 é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que em seguida passou a ter estatuto de Ministério, foi realizada a I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, em 2004, e a recomposição do Conselho Nacional do Direito da Mulher – CNDM.

Destaca-se entre os avanços da PNM está a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência que foi materializado pela instituição da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que previa a implantação de uma rede proteção social a mulher em situação de violência doméstica e de gênero, é bem verdade que, a implementação do que está previsto na Lei encontra resistência até hoje para ser executado, principalmente por parte do poder judiciário e da Segurança Pública; o incentivo financeiro aos governos estaduais e municipais para implantação dos Organismos gestores da Política para as Mulheres; a regulamentação da Lei das Domésticas, a aprovação da aposentadoria das donas de casas, a Lei do Femicídio,

a geração de emprego com carteira assinada, entre outros.:

No entanto, mesmo diante dos avanços da PNM no período de 2003 – 2016, muitas foram as limitações tais como, a não prioridade da pauta das mulheres no orçamento público geral e das demais políticas públicas, já que a PNM é transversal as demais políticas sociais do Governo; a ausência de intersetorialidade das políticas públicas na gestão; o predomínio ainda do aspecto do familismo em algumas políticas e programas, a exemplo do Programa Bolsa Família - PBF e Minha Casa Minha Vida, que ao determinar que as mulheres fossem prioritariamente as titulares dos programas acabava reforçando a centralidade e a responsabilidade da mulher na esfera doméstica. É bem verdade que, mesmo esses programas reforçando o carácter do familismo, geraram contradições quando provocaram um processo de empoderamento de muitas mulheres que passaram a dispor de alguma renda familiar, as contradições são típicas das políticas sociais e da sociedade.

A PNM em meio a avanços e retrocessos nesse período de 2003-2016 foi duramente golpeada em meados de 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. O processo de afastamento da Presidenta pode ser caracterizado como um golpe político – jurídico – midiático que colocou em xeque as liberdades democráticas e os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Os desafios postos para o movimento de mulheres e feminista no Brasil podem ser sintetizados em três pontos: o desmonte da PNM representando pela não inserção das demandas das mulheres na proposta orçamentária do Governo, a SPM foi reduzida a uma simples secretaria coordenada por setores conservadores e o controle social foi esvaziado; a política macroeconômica ultraliberal da era Temerosa que afeta diretamente a vida das mulheres mais pobres, tal política foi legitimada nas urnas no pleito eleitoral quando o povo escolheu um presidente que defende o aprofundamento da agenda liberal; e o avanço do conservadorismo.

Além desses desafios o movimento de mulheres e feminista, de acordo com Camurça e Silva, (2010), enfrentam outros dilemas como: as organizações das mulheres em âmbito local, assim como em outros movimentos sociais que tem a participação de mulheres precisam reconhecer a dominação patriarcal como um eixo central da luta; No contexto da globalização é necessário aprofundar o internacionalismo feminista construindo ações coletivas e garantindo uma política de presença na arena pública mundial de forma articulada, democrática e sem hierarquias; o não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho por do Estado e da Sociedade; a luta pelo fim da violência contra as mulheres; a necessidade de articular a luta das mulheres com a luta contra o enfrentamento do racismo e sexismo; entre outras.

2.1 A luta das mulheres glorenses por políticas públicas

É recente o processo organizativo do movimento de mulheres feminista em N. S. da Glória/SE o seu surgimento foi impulsionado pelo Sindicato dos Servidores

Públicos Municipais – SINDISERVE-GLÓRIA, em 2010, quando realizou o I Seminário para discutir a concepção de gênero, que teve como público-alvo os/as sindicalizados/as. O Seminário ficou conhecido como a I edição da Jornada de Luta em Defesa dos Direitos das Mulheres e, posteriormente, passou a integrar o calendário de atividades permanentes do sindicato e do movimento de mulheres.

Cabe ressaltar que a jornada é uma ação realizada anualmente, durante o mês de março, em alusão ao dia internacional da Mulher, tem como objetivos [...] “promover espaços de reflexão sobre o debate de gênero e o papel da mulher na sociedade, realizar manifestações políticas para reivindicar e pressionar o poder público municipal e estadual na construção e fortalecimento de políticas públicas para as mulheres.” [...]. (CAVALCANTE; TELES; LOPES, 2016, p. 03). Portanto, se configura como principal instrumento de mobilização e visibilidade da luta das mulheres Glorenses.

A organização das mulheres sindicalistas buscou estabelecer o diálogo e articulação com os/as organizações estaduais de mulheres, com os movimentos sociais e populares locais e da região do alto sertão sergipano e com os órgãos públicos municipais, que trabalham diretamente com o atendimento as mulheres, com o intuito de fortalecer a luta e construir uma agenda unificada.

A articulação política do Sindiserve no processo da construção da luta feminista trouxe como resultado a criação do Fórum de Mulheres Glorenses (FMG), surgindo como fruto da III da Jornada realizada em 2012. O FMG que congrega a participação de mulheres, de organizações da sociedade civil (SINDISERVE, MST, Associação Luz do Sol e o Movimento Mulheres com o Peito), e de representantes do poder público (Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres, Secretaria Municipais de Assistência Social e Educação). tem como princípios a defesa da luta pela autonomia e emancipação das mulheres, a eliminação de todas as formas de exploração e opressões de gênero, sexo, étnico-racial, geracional, a defesa de uma sociedade democrática, igualitária, livre e justa, o fim da violência contra mulher e a construção de políticas públicas de igualdade gênero.

Observa-se que o movimento de mulheres no município por está vinculado ao movimento sindical revela a perspectiva classista, o feminismo sindical, porém como a principal forma de organização das mulheres é via o Fórum conclui que o movimento é heterogêneo e tem interface com outros feminismos, como o feminismo negro, popular, acadêmico. Essa heterogeneidade que permeia o FMG contribui para ampliar o debate e a luta pela emancipação das mulheres, por políticas públicas de igualdade de gênero e no combate a todas as formas de violência contra as mulheres que são as principais pautas de reivindicações do movimento.

Ao longo dos anos o movimento de mulheres em cada edição da Jornada foi obtendo conquistas importantes, a exemplo da construção da Política Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM) como a reativação da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres (CMPM) em 2014. A luta do movimento de mulheres

foi fundamental para que o Prefeito Francisco Carlos Nogueira (PT) reativasse a Coordenadoria e criasse o Conselho Municipal do Direito da Mulher (CMDM) e garantisse dotação orçamentária.

A CPMM foi instituída pela Lei Municipal N°760/2009 que a definiu como um organismo especializado de política para mulheres que faz parte das estruturas do aparelho estatal, tendo como objetivo central a garantia dos direitos das mulheres. A coordenadoria mesmo sendo um órgão previsto na estrutura do Governo Municipal funciona na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social o que permite a articulação direta com esta política, já que uma das dificuldades da CPMM é garantir a transversalidade da temática de gênero nas políticas sociais, devido a dificuldade da gestão municipal de trabalhar as políticas de forma intersetorial.

A CPMM tem como público-alvo todas as mulheres que residem no município, porém a maior parte das mulheres atendidas pelas políticas da coordenadoria são oriundas das classes subalternas, encontra-se em situação de vulnerabilidade social, possuem faixa etária de 16 a 42 anos, o grau de instrução escolar da maioria é o ensino fundamental incompleto, o estado civil da maioria é a união estável e possuem de dois a cinco filhos. A maior demanda apresentada por estas mulheres a CPMM está relacionadas aos casos de situação de violência doméstica.

A PMPM é coordenada pela CPMM e conta com o apoio do CMDM e do Fórum de Mulheres Glorenses no processo de elaboração, execução, monitoramento e avaliação, desenvolve programas e projetos de autonomia econômica por meio de cursos de qualificação e dispõe, hoje, de uma rede de atendimento as mulheres em situação de violência.

A rede de proteção a mulher em situação de violência doméstica no âmbito da gestão municipal dispõe de alguns equipamentos sociais nas seguintes áreas: a) Assistência Social, possui um Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), que presta serviço de acompanhamento psicossocial as mulheres, dois Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), realizam um trabalho socioeducativo e de acompanhamento das famílias; b) na área da saúde, existem seis unidades básicas de saúde e doze equipes de saúde da família. Além desses equipamentos existem alguns equipamentos sociais de âmbito estadual, como o Hospital e a Maternidade Regional do alto sertão que são sediados no município. Compõem, também, a rede de proteção as Delegacias Municipal e Regional, o poder judiciário, através da Promotoria Local e do Fórum Local, que não dispõe de uma vara especializada de violência doméstica, e o apoio das entidades da sociedade civil.

Os desafios na implementação e articulação da rede de proteção social a mulher em situação de violência são muitos, como o atendimento desumanizado, que ainda persistem, na Delegacia, a morosidade da justiça, a omissão na hora de fazer a notificação dos casos de violência nos equipamentos da rede de saúde e a própria precariedade da saúde pública.

A luta pelo fim da violência contra a mulher é uma das principais pautas de reivindicação do movimento de mulheres, já que no período de 2014 a 2017, segundo os dados fornecidos pela Secretaria do Estado de Segurança Pública (SSP/SE), foram registrados noventa e oito casos de violência e destes três casos de feminicídios, sendo os casos de violência física os mais recorrentes.

O FMG já realizou diversas atividades, como campanhas educativas, atos e audiências públicas para denunciar os casos de violência doméstica e feminicídios, chamar atenção da sociedade para a importância do tema e cobrar dos órgãos públicos políticas públicas, a exemplo da implantação da Delegacia Regional de Atendimento a Mulher (DEAM). Como resposta à luta das mulheres pela implantação da DEAM o Governo Estadual designou policiais femininas para compor a equipe das Delegacias Municipal e Regional, o que permitiu um atendimento mais humanizado e que todos os casos de violência fossem registrados e instaurados inquéritos policiais. De acordo com Andrade (2016), a Delegacia Regional adotava como procedimento para solucionar os casos a [...] “mediação de conflitos, prática que não é permitida pelo Governo Federal, a mudança desta postura só ocorreu a partir do final de 2017 com a presença das polícias civis”[...].

Observa-se que a trajetória do movimento mesmo sendo recente tem avançado bastante seja no processo de organização das mulheres e das entidades por meio do Fórum, seja por meio das diversas estratégias de lutas, a exemplo da Jornada, seja pela conquista de direitos e de políticas públicas.

3 | CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A luta pela implementação dessa cidadania feminista no Brasil tem sido árdua, após a aprovação da Constituição de 1988, o país adotou com modelo econômico e de Estado o Neoliberalismo, os rebatimentos desse novo modelo foram perceptíveis na vida das mulheres com o aumento da pobreza e a não implantação de políticas públicas que garantissem a cidadania feminista.

No entanto, a luta e organização das mulheres e dos trabalhadores conseguiram provocar mudanças nesse cenário neoliberal no país, no início dos anos 2000, sob o égide de Governos do campo democrático e popular, a pauta pela construção da cidadania feminista pode florescer. No período de 2003-2015 a Política Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres foi implantada e implementada no Brasil, em um processo marcado por desafios e avanços.

Porém, diante da fragilidade política dos próprios governos do campo popular - democrático, que não conseguiram romper com a lógica neoliberal, aliado ao caráter conservador e entreguista das elites políticas brasileiras, e ao cenário mundial de avanço do capitalismo financeiro, de aprofundamento da barbárie social e do ressurgimento do neofascismo, o país vivencia um momento de restrição das

liberdades democráticas e dos direitos. A era temerosa tem como principal alvo de ataque os direitos sociais, entres esses os direitos das mulheres, por meio do desfinanciamento e do esvaziamento das políticas públicas.

Esse contexto político e econômico tem repercutido no processo de organização, de luta e de conquistas dos direitos das mulheres tanto em âmbito nacional com em âmbito local, a exemplo da luta das mulheres no município de N. S. da Glória/SE que tem enfrentado desafios para que a administração continue implementando a PMPM diante da desarticulação/ destruição da PNM, além de enfrentar problemas históricos como a não prioridade da pauta das mulheres no orçamento municipal e a não intersectorialidade entre as políticas sociais.

Além desses desafios para garantir a continuidade da política municipal para as mulheres o movimento enfrenta o surgimento de frentes conservadoras que passam a disputar a concepção de feminismo e a organização das mulheres pela perspectiva do fundamentalismo religioso impulsionada pela onda conservadora que assola o país e o mundo.

REFÊRENCIAS

ANDRADE, A. S. Ofício nº 512/2018/ DERPOL GLÓRIA: Índices de violência doméstica. Delegacia Regional de Nossa Senhora da Glória/Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, 2018.

ALVAREZ, Sônia. **Um Outro Mundo (TAMBÉM Feminista...) É Possível: Construindo Espaços Transnacionais e Alternativas Globais a Partir dos Movimentos.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

CAMURÇA, Silva; SILVA, Carmem. **Feminismo e movimento de mulheres.** SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2010.

CAVALCANTE, I.G; LOPES M. C.S; TELES, L.R. **Jornada De Luta Em Defesa Dos Direitos Das Mulheres: Uma Estratégia de Prevenção e Combate A Violência Contra A Mulher.** In: Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações Contemporâneas. – 19º REDOR: [Livro eletrônico]. CRUZ, M. H. S; DIAS, A. F.; SANTOS, E. F. (org.) Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora, 2016.

CISNE, M.; GURGEL, T. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: Desafios em Tempos Neoliberais para autonomia das Mulheres.** In: Revista Ser Social, v 10, n 22, Brasília: UNB, 2006.

COSTA. Ana Alice Alcantara. **O Movimento Feminista No Brasil: Dinâmicas De Uma Intervenção Política.** Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2005.

DECRETO nº 760/2009 Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória/Se.

FARAH. M. F.S. **Gênero e políticas públicas.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis:2004.

VIANA, Raquel. **Desafios e Limites das Políticas Públicas no Cotidiano das Mulheres.** In: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública/ Gustavo Venturini e Tatau Godinho (orgs) - São Paulo: PERSEU ABRAMO, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alcoolismo 6, 87, 88, 89, 93, 94, 123

Anti-racismo 178

Atenção à saúde 7, 10, 124, 178, 179, 180, 181, 182, 197, 198, 200, 205

Autobiografia 64, 65

C

Cárcere 158, 160, 162, 163, 164, 166

Carolina de Jesus 144, 169, 170, 171, 172, 176

Ciberativismo 74, 77, 85

Corpo Humano 13, 14, 15, 16, 19, 25, 26

Currículo 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 79

D

Diversidade 25, 98, 104, 108, 113, 115, 118, 143, 170, 173, 179, 184, 185, 190

Dramaturgia de F(r)icção 64

E

Educação 1, 3, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 37, 45, 50, 51, 58, 61, 90, 94, 112, 117, 118, 121, 134, 136, 138, 143, 144, 149, 165, 167, 172, 173, 177, 192, 200, 205, 206, 207

Elza Soares 169, 170, 174, 176

Ensino de Ciências 13, 14, 16, 19, 24, 25, 26

Escola 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 152, 153, 205, 206

Escola primária 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 25, 26

Estado da Bahia 28, 30, 33, 35, 37, 38, 108, 112

Estratégias negras de resistência 169, 175

Exclusão social 116, 119, 121, 123, 126, 161

Extensão universitária 196, 199

F

Fatores psicossociais 87, 88, 89

Feminicídio 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 190

G

Gênero 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 74, 85, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 116, 117, 118, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 139, 146, 148, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161,

163, 164, 167, 170, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 206

I

Inaicyra Falcão 169, 170, 172, 176

L

Laqueadura 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105

Legislação 28, 30, 38, 49, 55, 57, 82, 129, 158, 163, 166

Lutas 41, 43, 50, 55, 68, 142, 149, 173, 184, 187, 194, 198

M

Memória 26, 50, 138, 139, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 161

Mercado de trabalho 4, 18, 46, 48, 88, 127, 128, 129, 131, 135, 136, 137, 149, 180, 183, 188

Movimentos feministas 40, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 55, 97, 154, 190

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 68, 72, 76, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 98, 100, 102, 103, 116, 129, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 166, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 114, 116, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 171, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206

Museologia 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Museu 13, 16, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

N

Normativas 79, 117, 158, 164, 165, 166, 167

P

Parteiras e doulas brasileiras 74

Participação 31, 48, 49, 55, 68, 79, 85, 100, 105, 121, 129, 133, 134, 136, 149, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 198, 202, 203

Performance 64, 65, 66, 69, 70, 72, 88, 176

Política 5, 6, 7, 8, 10, 20, 21, 27, 29, 43, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 66, 74, 79, 88, 89, 109, 120, 122, 123, 124, 125, 136, 139, 143, 148, 149, 154, 155, 156, 160, 165, 166, 171, 172, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 201, 205

Políticas para as mulheres 11, 40
Políticas públicas 30, 33, 37, 38, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 87, 89, 119, 121, 122, 124, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 199
População em situação de rua 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125
População “T” 158
Projeto ponto de cidadania 119, 120
Psicologia 87, 89, 93, 108, 109, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 200, 206

R

Redes sociais digitais 74
Relações de gênero 3, 4, 9, 11, 38, 48, 50, 52, 53, 54, 58, 60, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 137, 180, 204
Representação social 13, 23, 89, 92, 119, 122, 124, 144
Reprodução 42, 52, 54, 55, 56, 96, 97, 103, 104, 106, 107, 197

S

Saúde 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 23, 25, 27, 55, 75, 76, 79, 82, 85, 86, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 134, 163, 165, 168, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206
Saúde da família 8, 112, 193, 196, 198, 200, 205, 206
Saúde da mulher 2, 3, 7, 184, 196, 197, 198, 200, 201, 205
Saúde integral 181, 196, 200
Segregação 45, 114, 122, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137
Sexualidade 4, 15, 20, 31, 36, 75, 97, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 139, 146, 149, 155, 157, 196, 200, 201, 203, 207
Sindicalismo 148, 156

T

Trabalho 2, 4, 5, 6, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 72, 75, 76, 78, 79, 83, 88, 92, 93, 96, 99, 103, 104, 107, 108, 111, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 187, 188, 191, 193, 196, 198, 199, 202, 205, 206

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 22, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 75, 87, 90, 91, 93, 95, 106, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 122, 155, 158, 159, 160, 161, 167, 175, 181, 183, 184, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 206
Vulnerabilidade 4, 119, 121, 161, 164, 168, 193